

2003/11/07

## O NOVO DISPOSITIVO MILITAR AMERICANO

*Alexandre Reis Rodrigues*

“Everything is going to move everywhere... There is not going to be a place in the world where it is going to be the same as it used to be”. É com estas palavras que Douglas Feith, subsecretário da Defesa, se refere às mudanças que a actual administração americana pretende introduzir no dispositivo militar no exterior.

Há já algum tempo que este assunto vem sendo referido na imprensa, geralmente associado com as mudanças entretanto verificadas no ambiente de segurança mundial. Começa agora a tornar-se claro que poderá tratar-se da maior mudança na postura das forças americanas, nos últimos 50 anos.

Escusado seria lembrar como esta questão está longe de se resumir a aspectos puramente militares. O assunto tem muito a ver com considerações político-estratégicas e vai requerer sobretudo uma cuidadosa gestão de importantes sensibilidades diplomáticas, da área do secretário de estado, quanto à localização das novas bases e extinção das actuais e os respectivos acordos a fazer nesse âmbito. De não menor importância serão as implicações financeiras de toda essa movimentação e as implicações sociais nas forças armadas americanas.

É muito diversificada a argumentação desenvolvida pela administração americana para justificar as mudanças que estão a ser planeadas.

Entre as razões de natureza essencialmente militar avultam as relacionadas com os acontecimentos do 11 de Setembro, donde surgiram novos objectivos militares, designadamente no combate ao terrorismo internacional e à proliferação do armamento de destruição maciça, e com a necessidade de posicionar as forças tão perto quanto possível das mais prováveis áreas de intervenção.

A ideia é substituir as bases de grandes dimensões por um conjunto diversificado de pequenas bases para usar como plataformas de lançamento de forças, com reduzidos “staffs” mas preparadas para receber grandes contingentes, num curto espaço de tempo [1]. Entre as actuais bases de grande dimensão provavelmente apenas sobrevirão as localizadas no Japão – Misawa e Yokosuka- e a de Ramstein na Alemanha. Aliás, admite-se, como vantagem do novo sistema, que bases de menores dimensões e mantidas numa espécie de situação “dormente” não suscitarão o tipo de rejeição na opinião pública que os EUA enfrentam hoje nalguns casos, por exemplo na Coreia do Sul.

Haverá, paralelamente, um outro conjunto de bases “virtuais”, na realidade apenas acordos negociados com variados países para o eventual estabelecimento de facilidades de apoio, em função de situações específicas, caso a caso. Haverá, por isso, um maior recurso a material pré-posicionado, quer no mar quer em terra, incluindo capacidade especializada para a rápida construção de instalações.

Espera-se, desta forma, ganhar maior flexibilidade e agilidade e, sobretudo, ajustar o dispositivo em antecipação das mais prováveis necessidades de intervenção no exterior, que os EUA presumem hoje poderem estar localizadas em regiões onde existam os chamados “estados falhados”, radicalismos religiosos e, situações de instabilidade e volatilidade. Para alguns analistas, porém, tudo decorre da nova atitude estratégica dos EUA, agora não apenas interessados em preservar as estabilidades regionais do passado, mas também empenhados em seguir uma linha de intervenção mais baseada em intervenções militares, como forma de provocar mudanças políticas.

O novo esquema, alargando e principalmente diversificando as actuais possibilidades de apoio a forças avançadas, permitirá reduzir os riscos de os EUA terem que se confrontar com a recusa de acesso a facilidades, mesmo por parte dos aliados tradicionais que poderão hoje não ser tão seguros como eram anteriormente. O caso da Turquia, ao recusar o pré-posicionamento da 4ª Divisão de Infantaria, antes da invasão do Iraque é apenas um exemplo, entre outros, das dificuldades que os EUA receiam poder encontrar mais frequentemente no futuro.

O processo não vai ser fácil por ser susceptível de gerar percepções contrárias a uma fácil aceitação das novas pretensões americanas. Enquanto no passado as razões da presença americana podiam facilmente basear-se na necessidade de assegurar protecção aos países mais próximos da linha da frente, agora poderá prevalecer a impressão de que o que é primariamente pretendido são bases de lançamento de operações noutros locais, sob pretextos nem sempre consensuais, como,

por exemplo, foi o caso da invasão do Iraque.

Entretanto, no departamento da defesa americano estão a ser estudadas novas formas de reduzir a dependência dos EUA em relação a bases de operações noutros países e dessa forma também minimizar o risco de ataques terroristas a que estão sujeitas. Foi recentemente tornado público um relatório que apresenta o conceito de “sea basing” [2] , desenvolvendo o que já é adoptado pela marinha e fuzileiros americanos mas agora sob uma perspectiva totalmente conjunta.

Na prática, essa nova capacidade, segundo o relatório, basear-se-á num conjunto de navios e aviões, nalguns casos com novas especificações e excedendo o que está hoje disponível na marinha e fuzileiros, e que deverá, no seu conjunto, ser capaz de apoiar no terreno uma força de 15.000 efectivos e respectivo equipamento, mantendo embarcado o apoio logístico e comando. Tratar-se-á de um processo que vai obrigar os ramos a um sistema de planeamento integrado desde o seu primeiro passo, nunca anteriormente sequer tentado e exigindo a procura e aquisição coordenada dos meios requeridos para cada componente, em função do objectivo comum. Será, em qualquer caso, ainda um processo demorado que não vai evitar a reformulação do actual dispositivo, ainda que este também vá requerer considerável tempo.

[1] O general James Jones, Allied Command Operations, designa estas bases por “lily pads”. Outros referem-nas como “warm bases”.

[2] Elaborado pelo “Defense Science Board Task Force on Sea Basing”, chefiado por William Howard, um almirante na reserva, e Donald Philing , presidente do Logistics Management Institute, McLean, Va. .